

Nota Pública - Sem anistia para os atos fascistas

O documento publicado neste 09 de janeiro lembra que os atos antidemocráticos vêm sendo realizados desde 2018, quando apoiadores do ex-presidente, com faixas, já faziam alusão à ditadura e atacavam instituições públicas. Além disso, a CPT cobra firmeza na investigação, identificação e responsabilização dos criminosos, direta ou indiretamente.

Como uma entidade que se coloca a favor dos povos da terra, das águas e das florestas, a CPT se "junta às várias organizações da sociedade brasileira nesse propósito vigilante" e se posiciona veementemente contra a anistia dos responsáveis pelos atos fascistas.

Leia na íntegra:

Sem anistia para os atos fascistas de 08 de janeiro de 2023

A Comissão Pastoral da Terra manifesta seu repúdio aos atos fascistas praticados ontem, dia 08 de janeiro de 2023, por bolsonaristas irredimidos com o legítimo resultado das urnas eletrônicas nas eleições de 2022 que levaram ao centro do Poder Executivo do Brasil o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, para exercício de seu terceiro mandato. As ações criminosas de cunho golpista e terrorista levadas a cabo nesse domingo atacaram diretamente a democracia e as instituições republicanas brasileiras, demonstrando a mais absoluta execração ao estado democrático de direito, devendo serem punidas com veemência frente à gravidade do que representam.

Mais uma vez o Brasil é exposto à vergonha internacional, graças às ações dos asseclas apoiadores do ex-presidente que contam sempre com a impunidade e a permissividade que lhes é favorável. A complacência de autoridades policiais, do executivo e das forças armadas garantiram a continuidade das manifestações antidemocráticas que vem ocorrendo desde novembro de 2022, ou bem antes disso. Basta lembrar 2018 quando as mobilizações de apoio ao governo anterior, contou com faixas de alusão à ditadura, à intervenção militar, à violência, ao uso de armas, além de sucessivos ataques às instituições públicas.

Após serem retirados das rodovias esses grupos fascistas foram gentilmente recepcionados em frente a Quartéis Gerais do Exército de diversas cidades do País, permitindo que chegassem a esse estágio deplorável de manifestação da mais pura incivilidade. Mercadores do caos, ontem os bolsonaristas demonstraram ao Brasil e ao mundo o que para eles é ser patriota.

Mesmo cientes da impossibilidade de reversão do resultado das urnas nas eleições de 2022, os fascistas insistem com suas ameaças antidemocráticas, praticando atos classificados como terroristas.

Sabemos que o objetivo é desestabilizar a atual ordem civil, jurídica, econômica e política, na tentativa de impedir o pleno exercício do mandato pelo atual Presidente. Estejamos alertas, pois, o principal prejuízo dessas ações será sentido pelo povo, não pelos governantes. Os ataques à democracia se traduzem em ataques à Constituição Federal e aos nossos direitos, como saúde, educação, segurança, alimentação, que estão ali estabelecidos.

A resposta do Estado brasileiro frente aos atos terroristas praticados contra a democracia, os poderes que sustentam a República e o patrimônio nacional deve ser firme, com a imediata investigação, identificação e responsabilização, no aspecto civil e criminal, de todos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos na mobilização, organização e execução dos mesmos.

Nessa linha, devem ser adotadas pelo Ministério da Justiça, todas as medidas urgentes ao restabelecimento e manutenção da ordem democrática, até que cessem qualquer tipo de ameaça ou risco fascista contra o estado democrático de direito brasileiro.

A CPT desde seu nascimento, em consonância com a ação da Igreja Católica do Brasil, se coloca na defesa dos povos da terra, das águas e das florestas, está junta às várias organizações da sociedade brasileira nesse propósito vigilante. Assim, nos posicionamos veementemente contra qualquer tipo de anistia aos criminosos que participaram dos atos fascistas deflagrados ontem em Brasília.

Nosso compromisso irrestrito é com a democracia, duramente construída pelo povo brasileiro, e com a garantia de manutenção das decisões tomadas a partir da legítima participação popular.

Comissão Pastoral da Terra